

Gênese, Desenvolvimento e Redefinição da Psicologia Social: Da Separação Epistemológica ao Compromisso com a Práxis
Genesis, Development and Redefinition of Social Psychology: From the Epistemological Separation Until the Commitment to Practice
Génesis, Desarrollo y Redefinición de la Psicología Social: Desde la Separación Epistemológica Hasta lo Compromiso con la Práctica

Alúcio Ferreira de Lima
 Universidade Federal do Ceará

Dedico a meu pai, Luiz Cardoso de Lima (in memoriam), que desde muito cedo ensinou-me o segredo do juazeiro, árvore da esperança do sertão, símbolo da resistência que aproveita a primeira chuva para mostrar seu potencial de vida, de metamorfose, de emancipação. Graças aos teus ensinamentos fico atento às brechas, aproveito o momento oportuno da chuva e resisto às adversidades!

Resumo

O presente artigo tem a pretensão de apresentar a gênese e desenvolvimento da Psicologia Social, destacando as transformações sofridas nesse campo de conhecimento, a partir das contribuições de várias vertentes da psicologia, principalmente do materialismo-histórico. Paralelamente apresentamos como têm ocorrido as apropriações das ideias acerca da Psicologia Social no Brasil, sobretudo, o compromisso assumido com a práxis desde o final da década de 70 do século passado.

Palavras-Chave: Psicologia Social; história, práxis

Abstract

This paper intends to present the genesis and development of social psychology, emphasizing the transformations in this field of knowledge after the contributions of many forms of psychology, especially the historical-materialism. At the same time it presents how the appropriation of ideas about social psychology in Brazil has been done, especially its after 1970.

Key-words: Social Psychology; History; Praxis

Resumen

Este artículo tiene la intención de presentar la génesis y el desarrollo de la psicología social, haciendo relación con las transformaciones en este campo del conocimiento, a partir de varias vertentes de la psicología, sobre todo del materialismo histórico. Al mismo tiempo presentaremos como ha sido la apropiación de ideas acerca de la psicología social en Brasil, especialmente su compromiso con la práxis desde 1970.

Palabras-Clave: Psicología Social; Historia; Praxis

Introdução

Escrever sobre Psicologia Social não é uma tarefa fácil. Discorrer acerca de seu campo teórico, suas vertentes, seu alcance e limites é um problema não só para os iniciantes na disciplina como também para os pesquisadores experientes. Para que se possa compreender a complexidade desse campo de conhecimento e, principalmente, argumentar sobre sua relação com a práxis na atualidade, torna-se necessário que se faça uma apresentação prévia do estado de arte em que se encontra esse campo de conhecimento. Acreditamos que seja possível produzir um texto capaz de demonstrar a relação da Psicologia Social com a práxis, assim como sua importância na construção de uma identidade política do psicólogo, que reconhece como imprescindível a reflexão pessoal acerca de uma teoria do conhecimento (epistemologia) e sobre um projeto ético individual.

Mas até onde devemos voltar no tempo, antes de apresentar o estado de arte atual da Psicologia Social? Se seguíssemos a indicação de Gordon Allport

(1954), o caminho partiria de Augusto Comte, pai do Positivismo. Todavia, se seguíssemos por essa estrada estaríamos negando as contribuições daquele que também pode ser considerado um dos pais da Psicologia moderna, Wilhelm Wundt. Ademais, temos um livro fruto de 25 anos de investigação, escrito em 1998 por Robert Farr e publicado no Brasil em 1999, que deixa muito clara a contribuição de Wundt para o surgimento da Psicologia Social, principalmente após escrever dez volumes inteiros sobre o tema, sua “Völkerpsychologie”.

Com esse trabalho, Wundt (1900-1920), não só inaugurou a utilização e os limites da análise experimental – que seria posteriormente utilizada pelos positivistas para a obtenção de dados ditos científicos, sobretudo na Psicologia norte-americana –, como também abriu espaço para os interessados em estudar aquilo que estava externo aos indivíduos, mais especificamente, sua ação no mundo. A “Völkerpsychologie” era a ciência psicológica criada para estudar os fenômenos como a magia, cultura, linguagem, gestos etc., que não podiam ser isolados

em variáveis controladas em laboratório.

De forma semelhante, encontramos em seu contemporâneo Émile Durkheim (1983) uma preocupação com a análise das representações coletivas, as quais possibilitavam ao autor defender que esse era um campo de estudo da sociologia. Robert Farr (1998) dirá que Durkheim concordava com Wundt no que se refere ser um campo de estudo da Psicologia Social os estudos da subjetividade e da cultura, diferenciando-se desse autor no que se referia ser do campo das ciências do espírito esse tipo de estudo. Essa diferença aparece principalmente em seu trabalho sobre o suicídio, no qual, atrelando seu estudo às ciências naturais, utiliza-se de métodos estatísticos para levantar os dados necessários para mostrar o quanto características culturais poderiam tanto possibilitar quanto dificultar a decisão pelo suicídio. Tanto em Durkheim quanto em Wundt a compreensão do conhecimento produzido estava relacionada diretamente a uma forma sociológica de Psicologia Social.

Em contraposição à “Völkerpsychologie” de Wundt e à Teoria das Representações Coletivas de Durkheim, desenvolve-se nos Estados Unidos uma linha de Psicologia Social que reconhecia suas origens na teoria comtiana e que posteriormente seria a forma de Psicologia Social utilizada pela maior parte dos países até meados da década de 70 do século passado. Essa Psicologia Social, individualista e psicológica, será resultado, num primeiro momento, da influência do behaviorismo e posteriormente da Gestalt, mais especificamente pelo trabalho de Psicologia Social Experimental voltada para os grupos proposta por Kurt Lewin (1965). Outro aspecto importante de ser observado refere-se à vinculação dessa Psicologia Social com a psicopatologia desenvolvida na América do Norte, que passa a buscar elementos que pudessem explicar o comportamento anormal, anti-social, anti-patriótico etc., na análise dos pequenos grupos e na intervenção adaptativa. Esse inclusive será o modelo de Psicologia Social adotado no Brasil pela Medicina Social, cujos principais teóricos, Nina Rodrigues (1939) e Arthur Ramos (1952), defenderão ser tarefa da Psicologia Social o entendimento da barbárie e sua adaptação à ordem social estabelecida, focando o progresso.

Arthur Ramos foi o responsável pelo segundo curso de Psicologia Social¹ brasileiro na década de 1950 e contribuirá com esse campo estudando conceitos como “inconsciente primitivo”, “personalidade degenerada” etc. Também foi um dos responsáveis pelas campanhas higienistas que culpavam os indivíduos pelas doenças, pobreza e desigualdade vividas. Ramos reforça no Brasil a pertinência do uso das teorias norte-americanas para a compreensão da

realidade brasileira, que será entendida como atual para autores da década de 1980 tais como Aroldo Rodrigues. As formas norte-americanas de Psicologia Social podem ser identificadas como formas psicológicas dessa disciplina e buscavam entender as problemáticas sociais a partir dos indivíduos, em suas dificuldades de adaptação à sociedade (Farr, 1998; Lima, 2010).

Entretanto, embora essa forma psicológica de Psicologia Social, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos como esboçamos acima, fosse a forma hegemônica de pesquisa e intervenção em Psicologia Social, concomitantemente desenvolveram-se outras concepções teórico-metodológicas que serviram como base para a construção da Psicologia Social brasileira, principalmente após a II Guerra Mundial. Nesse sentido, a proposta de George Herbert Mead, da Universidade de Chicago, nos parece um ponto importante para ser explorado em nosso percurso.

George Mead (1962), considerado por seus discípulos como o criador do interacionismo simbólico, foi aluno de Wundt durante um semestre em Leipzig. Tentou solucionar a dicotomia proposta por Wundt entre os processos individuais e sociais e apresentou uma teorização acerca da constituição do “self”, segundo Mead, resultante “da” e “na” articulação de um “mim” desenvolvido a partir da internalização da sociedade, das instituições, normas etc., com um “eu” espontâneo que na interação com o mundo repõe ou atualiza as informações internas e a estrutura do seu ser. A linguagem para Mead era uma forma de gesto necessário para a articulação do “self” com o outro, imprescindível para a incorporação das atitudes.

De certa maneira encontramos na Psicologia desenvolvida por Vigotski (2005) na Rússia uma proposta de desenvolvimento dos indivíduos muito próxima da formulada por Mead nos Estados Unidos, embora Farr (1998) insista que essa aproximação se deu muito mais pelo autor de referência desses teóricos – Wundt – do que pela leitura de do outro. A teoria histórico-social de Vigotski, assim como o interacionismo simbólico de Mead, entendia o desenvolvimento pessoal a partir da relação entre o pensamento e a linguagem. Entretanto, entre as coisas que distanciam esses dois teóricos está o fato de que Vigotski e seus continuadores, como Luria e Leontiev, atrelavam a construção de uma proposta em Psicologia com o Materialismo Histórico e dialético, entendido como a ciência social que poderia explicar a desigualdade e luta de classes, assim como as dificuldades de desenvolvimento do indivíduo revolucionário. Para esse último discípulo de Vigotski, inclusive, as categorias chaves de análise para a Psicologia Social eram a atividade, consciência e personalidade, uma vez que poderiam evidenciar como se operacionalizavam os processos de alienação e conscientização individual e social

1 O primeiro curso ministrado nessa disciplina foi o de Raul Bricquet, em 1933, na “Escola Livre de Sociologia e Política” de São Paulo.

(Leontiev, 1978).

A epistemologia desenvolvida por Vigotski rejeita o ponto de vista tradicional de desenvolvimento cognitivo que pressupõe uma acumulação gradual de conhecimento e mudanças isoladas e passa a entender o desenvolvimento como um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, transformação qualitativa de uma forma ou outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra. Os distúrbios passam a ser vistos como o momento onde a trama histórica é rompida, quando a mente vê apenas catástrofe, interrupção e descontinuidade.

E assim como em Wundt e Mead, a linguagem foi o elemento central na teoria histórico-cultural de Vigotski. Ela não é apenas um instrumento de comunicação, mas, sim, serve para formular conceitos, abstrair e generalizar a realidade, por meio de atividades mentais complexas. A relação que os indivíduos estabelecem com a linguagem para o desenvolvimento do conhecimento, para Vigotski, se constitui de forma intersubjetiva (entre as pessoas) e num segundo momento de forma intrasubjetiva (em si mesmo). A compreensão da relação entre pensamento e linguagem é para este autor o principal objetivo de uma Psicologia comprometida com a transformação social.

Seguindo também a influência marxista, na Alemanha, a Escola de Frankfurt desenvolveu um conjunto teórico-metodológico que pretendia desvelar a influência e manutenção da ideologia no desenvolvimento e aplicação das tecnologias, conhecido também como Teoria Crítica. Esse nome foi dado ao conjunto teórico-metodológico filosófico de um grupo de intelectuais marxistas não-ortodoxos que estavam ligados ao que foi também denominada Escola de Frankfurt, na verdade um Instituto de pesquisa social filiado a Universidade de Frankfurt na década de 20. Geralmente a Escola de Frankfurt é associada aos trabalhos produzidos após a entrada de Horkheimer como diretor em 1930, entretanto, Stephen Bronner (1997) e Bárbara Freitag (2004) concordam em dizer que o projeto do instituto foi inaugurado durante a década de 20 por um grupo de pensadores heterodoxos, mais ou menos associados à ala esquerda do movimento comunista, como Ernst Bloch, Georg Lukács, Karl Korsch dentre outros. Essa tendência, com sua oposição ao materialismo mecanicista e a todas as formas a-históricas de interpretação da realidade dava ênfase ao método dialético e à importância da tradição idealista para o marxismo, além de enfatizar os processos de conscientização e superação da alienação.

A mudança de orientação ocorrida com a entrada de Horkheimer na diretoria do Instituto de Pesquisa Sociais de Frankfurt se deu principalmente naquilo que

podemos chamar de uma guinada epistemológica, esse autor cunhou o termo “teoria crítica” que orientaria toda a produção desse instituto. Com esse termo, inaugurado no texto célebre “Teoria tradicional e teoria crítica”, Horkheimer inaugura uma linha teórica que deveria se preocupar com a crítica da ciência e da técnica como elementos de manutenção da ideologia e da alienação. Os termos Escola de Frankfurt e Teoria Crítica, poderiam sugerir tal unidade temática e consenso epistemológico e político que, vale destacar, raramente existiu entre os representantes dessa escola. Poderíamos dizer que o que ligaria esses autores seria sua produção teórica orientada para a reflexão crítica, dialética e dialógica, aquilo que Habermas (2002) viria chamar posteriormente de discurso. Embora os colaboradores da teoria crítica sejam conhecidos pelo instituto, grande parte da produção do mesmo ocorreu fora da Alemanha.

Considerando o espaço escasso que temos aqui, iremos apresentar uma síntese das principais contribuições desses autores. O critério de escolha das sínteses será a contribuição que esses trabalhos trouxeram para a construção da Psicologia Social brasileira após a crise da Psicologia da década de 70 do século passado.

Nesse sentido podemos iniciar com o texto “Dialética do Esclarecimento” escrito em 1947 por Adorno e Horkheimer (1985), obra em que esses autores demonstraram a descrença na razão crítica. A razão, que era o legado do Iluminismo, a saída do homem de sua menoridade, como fora assinalado por Kant (2004), era vista na concretização por esses autores como seu oposto, como barbárie. A técnica e o conhecimento que deveriam libertar os indivíduos são invertidas em algemas que impediam os mesmos da emancipação. A onipotência da esfera capitalista estaria transformando todas as relações entre pessoas num fim em si mesmas, ou seja, em meras relações econômicas. Para dar conta dessa nova questão desenvolvem a dialética negativa, que tinha como objetivo desvelar os elementos de dominação nas relações, nos instrumentos, nas técnicas etc. Com o conceito de indústria cultural passam a demonstrar como a cultura tem sido administrada pelos meios de comunicação e com isso cooptada pelos ideais de produção. O ceticismo desses autores fará com que os mesmos no final de suas vidas recorram a saídas extremas, Horkheimer na teologia e Adorno na Estética, e passem a ser chamados de elitistas por seus críticos.

Marcuse (1968), por sua vez, contribuirá com a crítica desenvolvida principalmente por Adorno à Karl Popper e ao pensamento positivista no trabalho “A ideologia da sociedade industrial”, principalmente com o capítulo “A vitória do pensamento positivo: a filosofia unidimensional”. Para Marcuse, o lugar que a tecnologia ocupa atualmente não é mais o de mero instrumento, mas o de determinação das necessidades,

aspirações e desejos humanos (Severiano, 1991/92). Os indivíduos transformados em meras mercadorias são “mímeses” resultantes da pseudo-formação e ligação direta, sem mediação, com a sociedade que tenta a todo custo tamponar suas contradições, transformando as crises sistêmicas em crises de adaptação individual.

A questão da reprodução, da “mimesis”, também será o tema de destaque na obra de Benjamin (1994), assim como os elementos de barbárie que surgem em concomitância com desenvolvimento da cultura. Aquilo que Marcuse denuncia teoricamente em seu trabalho é denunciado empiricamente por Benjamin em sua análise da produção artística. No ensaio intitulado “A obra de arte na era da reprodutividade técnica” (Benjamin, 1994), esse autor expõe como a obra de arte sofreu transformações do seu sentido frente a outros produtos desde a idade média. A obra de arte na sociedade capitalista é vista por Benjamin, assim como a vida humana, desencantada de sua originalidade, em outras palavras, na sociedade da mera reprodutividade, estas teriam perdido sua “aura”, invólucro da singularidade. Essa perda seria resultado de dois fatores básicos: a tecnificação crescente do mundo e a reprodutividade da arte, das coisas e das relações, que leva tudo a massificação e consumo. Diferentemente de Adorno, Horkheimer e Marcuse, Benjamin observava um potencial emancipatório na perda da aura da obra de arte, na medida em que a própria ideia do comunismo seria a democratização da arte.

De qualquer modo, a obra de arte e a cultura aparecerão para Adorno, Benjamin, Horkheimer e Marcuse como elementos possibilitadores de uma dupla função: consolidação e representação da ordem existente e ao mesmo tempo de crítica, denúncia da imperfeição e contradição da mesma. Habermas irá aproximar-se mais da perspectiva de Benjamin do que dos demais autores no que se refere à obra de arte, na medida em que irá entender como conservadora, pessimista, tradicional e limitada a posição dos seus antecessores. Esse autor entenderá que as alterações ocorridas na base do sistema de produção permitiriam que a obra de arte e a cultura assumissem um novo caráter e outra funcionalidade. Vai acusar de saudosista a posição dos seus mestres e assumirá uma produção teórica que será polêmica quanto à sua continuidade como herdeiro dessa tradição.

O projeto teórico habermasiano continuará com aquilo que apontamos como elemento básico do programa da teoria crítica, ou seja, a crítica da ciência e da técnica como ideologia. Todavia, Habermas irá construir sua epistemologia a partir do debate crítico, entendendo esse conceito em sua etimologia, ou seja, como delimitação. A transformação mais drástica realizada por Habermas em relação aos seus antecessores é sua “Teoria da Ação Comunicativa”, que utilizando de um ecletismo teórico-filosófico

criticado tanto pelos frankfurtianos, quanto por teóricos rivais, irá propor a subversão da lógica sistêmica-estratégica por uma razão comunicativa que, a partir do entendimento e do vislumbre da coerção social e psicológica, possa domesticar o capital e fazê-lo trabalhar em favor da razão humana ao invés de administrar e ser administrado por uma razão interesseira que apenas visa a acumulação de capital.

A Escola Francesa, representada por autores com propostas diversas, tem como um de seus principais expoentes Serge Moscovici, que atua num primeiro momento com a crítica da hegemonia da Psicologia Positivista e posteriormente com uma teoria das representações sociais, resultante da reconstrução crítica das representações coletivas de Durkheim (1983), desenvolve um instrumental de pesquisa e análise que torna possível a produção de material empírico a partir das relações cotidianas, a partir do senso comum. A proposta de Moscovici (1978) aparece como uma resposta ao modelo norte-americano que estava sendo utilizado pelos Psicólogos Sociais nos Estados Unidos, Europa e América do Sul. Esse autor chega a defender a tese de que a crise da Psicologia Social vivenciada na década de 1960 era resultante da aplicação cega da teoria que acabava resolvendo problemas da sociedade norte-americana como se fosse o problema de cada nação.

A diferença das representações sociais de Moscovici (1978) e das representações coletivas de Durkheim (1983) encontra-se principalmente na forma em que esse conhecimento é produzido. Enquanto para Durkheim, como já foi exposto acima, o foco de estudo das representações coletivas seriam as sociedades primitivas, para Moscovici as representações que estão em foco são aquelas da nossa sociedade presente, nosso solo político, científico e humano, que perpetuam a realidade ou que a transformam. Outra diferença entre os conceitos desses autores refere-se à abrangência dos mesmos: enquanto para Durkheim as representações coletivas abrangiam uma gama muito ampla e heterogênea de formas de conhecimento, supondo-se estar nelas concentrada uma grande parte da história intelectual da humanidade, em Moscovici, as representações sociais deveriam ser reduzidas a uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e comunicação entre os indivíduos na vida cotidiana.

Às pesquisas caberiam captar os elementos constitutivos das representações: as informações, imagens, opiniões, crenças etc., sempre referindo-se às condições materiais de produção e dos determinantes da estruturação do campo de representação. A complexidade do fenômeno estudado possibilita a convivência quase sempre pacífica de diferentes vertentes de pesquisa, como por exemplo: a) diferentes óticas disciplinares como as ciências sociais, a

psicologia cognitiva e a psicologia social; b) diferentes níveis de realidade: intraindividual, interindividual, situacional e ideológico; c) recortes diversificados como a ênfase no produto ou no processo, na elaboração das representações, na relação entre representação e comportamento. Automaticamente, é inevitável que sejam adotados diferentes modos de coleta e análise de dados.

Mary Jane Spink (1993) define duas arenas que permitem demarcar um território próprio da teoria das representações sociais, denominados como ênfase nas condições de produção e uso de material espontâneo. A ênfase nas condições de produção é realizada confrontando o material coletado com a representação reificada que determinada instituição, grupo ou fenômeno social apresenta, aproximando-se da etnometodologia ou da pesquisa participante. Nessa linha encontramos os trabalhos de autores como Jodelet (2005) sobre as representações sociais da loucura, a de Castro (1993) sobre a representação social da prostituição e mesmo o estudo clássico de Moscovici (1978) sobre a recepção da Psicanálise na França. O uso de material espontâneo, por sua vez, busca levantar o burburinho, o diálogo permanente entre os indivíduos, sejam eles provenientes de material espontâneo, induzido por questões, expressos livremente em entrevistas ou já cristalizados em produções sociais, tais como livros, memórias etc., nesse sentido, utilizam-se técnicas verbais, não-verbais e observação.

Todas essas produções contra-hegemônicas influenciaram fortemente os Psicólogos Sociais da América Latina, principalmente aqueles que se sentiam desconfortáveis e inconformados com as desigualdades sociais. Maritza Montero (2000), inclusive, assinala que foram esses sentimentos o combustível para o desenvolvimento da Psicologia Comunitária latino-americana. Uma forma de Psicologia Social que, como enfatiza César Góis (2005, p. 50), se oriente por “uma práxis social libertadora e a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores”.

Lembremos que em meados dos anos 60, o Brasil e diversos países da América Latina entram em confronto com a tensão gerada entre os regimes ditatoriais que colocavam as populações entre o Estado e as forças capitalistas, impedindo e negando a participação efetiva dos indivíduos nas discussões políticas e societárias. O Brasil, que passava por mudanças no seu modelo produtivo – do modelo agropecuário para o agroindustrial –, vivia uma ética da adaptação, sendo que os trabalhos voltados para os setores populares atendiam contraditoriamente os interesses das elites brasileiras. Os profissionais, em sua maioria das ciências humanas e médicas, delegavam aos projetos voltados para a população pobre funções estratégicas de adaptação social, sendo a medicina social a ciência do momento e a prestação

de serviços básicos o modelo de intervenção ideal (Campos, 1998).

Nesse cenário, principalmente após a década de 80, em que as políticas sociais de integração social passam a ser vistas como elemento indispensável para conter a revolta popular e reparar os prejuízos dos chamados “excluídos”, começam a surgir um conjunto de categorias profissionais com o objetivo de designar populações que seriam foco de intervenções especializadas. Como bem nos ensinou Robert Castel (2004), o Estado, em busca de legitimação começa a criar categorias especializadas para lidar com os problemas oriundos do próprio sistema, da organização econômica e distribuição de renda, e passa a oferecer respostas paliativas para microgrupos fragilizados.

Por outro lado, os movimentos populares urbanos se fortalecem e as ligas camponesas vão cada vez mais aglutinando um número maior de trabalhos em torno de reivindicação de necessidades básicas. As greves se espalham em vários setores da produção, o desemprego e a inflação alcançam números assustadores. Não conseguindo mais explicar o sentido dessa “massa” revoltada, leitura que era o legado possível das teorias norte-americanas e positivistas eurocêntricas, a Psicologia Social nesse processo se vê encarregada de fugir da interpretação psicologizante dada *a priori* e de adotar uma outra leitura, ancorada no contexto histórico-social, cultural, econômico e experiencial.

Com essa guinada epistemológica, provocada pela efervescência de uma “minoria”, que contraditoriamente mostra-se como maioria silenciosa, o interesse escapa da simples adaptação do indesejado e passa a ser o de compreender como se dá a organização dos indivíduos no mundo da vida, no cotidiano e como estes indivíduos enfrentam a colonização imposta pela lógica sistêmica. Os tradicionais conceitos geralmente utilizados, tais como preconceito, estereótipo, identidade social etc., cedem lugar à análise das histórias de vida, das representações sociais, produção de sentido e ideologia; e a intervenção passa a focar as possibilidades de autonomia e pensamento crítico dos indivíduos.

Todo esse cenário nos mostra que aquilo que se denominou como “crise da Psicologia Social” na década de 70, foi reflexo da crise do pensamento social que iniciou em 1960. Com o reconhecimento da profissão do Psicólogo em 1962 se inicia uma preocupação com a aproximação desses profissionais com as desigualdades sociais e com a produção de alternativas de intervenção. Partindo primeiramente da assunção do papel de reprodutores da ideologia criada pela classe dominante (Lane, 1980), alguns psicólogos sociais procuraram contrapor as teorias hegemônicas com a realidade brasileira e latino-americana, que estava vivendo um levante das massas contra a opressão dos regimes militares e políticos.

É neste contexto que surge o emprego do termo “psicologia na comunidade”, primeiramente utilizado

nos trabalhos desenvolvidos por um grupo de psicólogos da PUCSP, que contava com a participação estudantil desse mesmo período, como mostra o ensaio de Andery (1984) que consta no livro “Psicologia Social: o homem em movimento”, organizado por pesquisadores dessa instituição na década de 80. Nesse trabalho fala-se de ações desenvolvidas por professores e estudantes junto às populações de baixa renda em duas zonas de São Paulo. Ainda na década de 60 já começa a constar na grade curricular do curso de Psicologia da UFMG a disciplina de Psicologia Comunitária e nota-se o início de trabalhos com a comunidade nos Estado da Paraíba e em Porto Alegre. Os referenciais teórico-metodológicos eram retirados da sociologia, da antropologia, da história, da educação popular dentre outros campos afins, e os trabalhos eram voluntários, sendo uma iniciativa muito mais política do que meramente corporativa.

Na década de 70, sob o regime militar, os psicólogos envolvidos com a psicologia na comunidade passaram a incorporar os setores populares, as intervenções possíveis estavam na possibilidade de incitamento da racionalidade crítica, organização popular e participação política. Esses profissionais assumiam uma atitude de militância e envolvimento com a vida das populações oprimidas, e o próprio sentimento de opressão vivido pelos psicólogos possibilitou o fortalecimento da necessidade de se criar uma sociedade mais justa e livre. A Psicologia passava do trabalho pela “deselitização” para a criação de referenciais teórico-metodológicos que possibilitassem a transformação social. A militância desses profissionais, levada inevitavelmente para dentro das universidades, colocou ainda mais em xeque a utilidade dos referenciais utilizados até então.

Com a abertura democrática nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, os trabalhos produzidos durante os anos anteriores começaram a tomar mais visibilidade, e de um trabalho associado à clandestinidade, a “psicologia comunitária” passa a ser vista como uma atividade consagrada, adotada por vários profissionais, gerando debates e reflexões. Na América Latina, a contribuição de autores como Maritza Montero e Ignacio Martín-Baró trazia elementos que ajudavam a fortalecer cada vez mais a construção desse campo de estudo e alertavam para a necessidade de uma sistematização teórica que pudesse dar bases para uma ação transformadora a partir da intervenção comunitária, como lembra os escritos de Silvia Lane (1995).

No Brasil, a Escola de São Paulo, liderada por Silvia Lane, na década de 80 já não considerava mais a dicotomia indivíduo x grupo, nem a diferença entre o indivíduo no grupo e indivíduo sozinho, mas entendia o grupo como condição necessária para a constituição humana. Com a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em julho

de 1980, legitima-se um espaço de interlocução e troca de experiências para a Psicologia Comunitária, que fortalecia ainda mais as discussões nesse campo.

Na esfera teórica, Silvia Lane (1984), apropriando-se de autores críticos, por exemplo, a discussão acerca dos grupos e massas realizada por Adorno e Horkheimer, o conceito de serialidade proposto por Sartre, a teoria de Pichon-Riviere, entre outros, propõe uma nova premissa para conhecer os grupos, criticando a noção de que a função do grupo seria a de mero definidor de papéis, assim como a sua função de mantenedor da organização social. A partir de então, a análise dos grupos pela Psicologia Social deveria se pautar no significado da existência e ação grupal, que só poderia ser encontrada a partir de uma compreensão da dimensão histórica, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas. Isso exigiu uma transformação na própria concepção do objeto de estudo, em vez de estudar o grupo, deve-se a partir de então estudar os processos grupais. Nesse sentido, busca-se entender como o grupo mantém ou transforma a realidade em que está inserido. No caso de nossa sociedade capitalista, a análise sobre grupos pode mostrar como se dão as relações de produção, assim como suas ações reproduzem a ideologia, que sem a confrontação com o enfoque histórico seria impossível.

Outra contribuição teórica importante e tipicamente brasileira encontra-se em Antonio Ciampa. No “A estória do Severino e a História da Severina” de 1987, a guinada de uma teoria da identidade social entendida de forma estática para uma concepção de identidade como metamorfose será o foco de análise. Neste trabalho o autor tem contato com a obra de Jürgen Habermas e encontra uma teoria que possibilitava trabalhar algumas deficiências que encontrava nos autores utilizados anteriormente. As idéias de Habermas, principalmente as desenvolvidas nos livros traduzidos no Brasil: “Para a Reconstrução do Materialismo Histórico”, em 1983 e “Conhecimento e Interesse”, em 1982, possibilitaram para Ciampa a substituição da concepção fenomenológica da sociedade que atribuía um caráter ontológico para a mesma, trazida por Berger & Luckmann e, ao mesmo tempo, uma nova leitura de Mead que mostrava a importância da linguagem na construção do “self”.

Silvia Lane (1995) delegou uma grande importância para essa obra na medida em que a partir dela era possível trabalhar com uma concepção de identidade que desconstruía as teorias importadas e utilizadas no Brasil pela Psicologia Social. Com esse trabalho Ciampa ensinou que a identidade é a articulação tanto entre diferença e igualdade (ou semelhança), como entre objetividade e subjetividade, sendo nesse sentido impossível falar de identidade sem falar em metamorfose, como um processo que se dá desde o nascimento do indivíduo até sua morte.

Na esfera das intervenções, a UFPA e a UFC se

tornaram locais de referência. Trabalhos como o de César Wagner Góis realizados no Bairro de Nossa Senhora das Graças do Pirambu, em Fortaleza, Ceará, passam a ser modelos de inspiração para práticas transformadoras, como mostram os trabalhos de Israel Brandão e Zulmira Bomfim (1999). Inclusive a apresentação da construção teórico-metodológica de intervenção proposta por César Wagner Góis ajuda a evidenciar de forma esquemática o que chamamos de guinada epistemológica. Góis desenvolve de forma crítica e criativa uma forma de Psicologia Comunitária interdisciplinar. Utiliza-se de autores provenientes da educação (Paulo Freire), biodança (Rolando Toro), Psicologia Social (soviética, francesa e brasileira crítica), o Materialismo Histórico e Dialético, para o despertar de uma consciência crítica nas populações provenientes dos bairros, associações e movimentos de base, possibilitando o desenvolvimento da noção de projeto, de processo transformador nesses sujeitos, para que possam ser agentes autônomos de transformação. Um diferencial frente às outras intervenções provenientes da América Latina em que se priorizava apenas a conscientização da realidade pelo oprimido.

À guisa de conclusão, podemos dizer que o problema para a Psicologia Social tem sido encontrar os vestígios da opressão que impedem os indivíduos de administrarem suas vidas e reivindicar melhorias das condições concretas de existência. Suas marcas podem ser encontradas nos diversos trabalhos produzidos ao longo dos últimos 20 anos, sua presença cada vez mais forte nos diversos espaços do cotidiano. Isso mostra que não ficamos repondo uma prática que respondia apenas ao interesse dominante. Todavia, não podemos ser ingênuos e simplesmente ignorar nossa herança, o fato de que desde o surgimento dessa disciplina no Brasil, como desdobramento de uma medicina social voltada principalmente para as “coletividades anormais” e “domesticação dos selvagens” (Rodrigues, 1939; Ramos, 1952), até os trabalhos, quase que heróicos, iniciados por Silvia Lane (1981; 1984), no final da década de 70 e início da década de 80 do século passado, ainda encontramos dificuldades para apontar o papel do psicólogo social.

Nem tudo é um jardim de rosas e a construção de um conhecimento voltado para a emancipação social tem sido cada vez mais difícil no mundo cada vez mais colonizado pela lógica sistêmica, econômica, consumista. Não devemos deixar de apontar que muitas vezes assumimos o manto de psicólogos sociais e realizamos práticas altamente conservadoras fantasiadas com discursos revolucionários, ou ainda, que criticamos e defendemos a desconstrução do instituído mas o fazemos acorrentados cegamente às teorias, lutamos contra a alienação e não conseguimos enxergar nossa própria alienação ao lutar por um reconhecimento científico que periga nos afastar de nosso maior objeto: o humano. Nossa maior

dificuldade continua sendo a tradição de nossa área, o ideal de ciência a que estamos submetidos, a cultura a que não escapamos. Como muito bem apontado por Rosa Nader (1990, p.171), ainda precisamos:

Romper com as mentalidades estereotipadas exigidas pela racionalidade técnica e tecnocrática, e reconhecer-nos como trabalhador que produz orientado por objetivos sociais e pelo produto desejável de seu trabalho é um processo que exige a re-descoberta de uma linguagem própria, de um sentido de existência articulado ao sentido universal da existência humana. É preciso que o profissional se posicione, um posicionamento que é conflitivo em relação ao opressor que há dentro e fora dele.

Com essa angustiante e bela citação encontramos espaço para que incluamos a importância do projeto ético-político dos estudantes e psicólogos sociais, mais especificamente sua relação com a práxis transformadora. Quanto a isso, parece interessante apresentar a proposta de Habermas (2002), que defende a práxis social como incorporação do outro, uma superação da noção de encaixe, de prótese, geralmente visualizada nos conceitos de inclusão. Incorporação do outro a partir da diminuição da desigualdade, no transformar-se em parte do corpo social, não como um apêndice, mas como um órgão essencial desse organismo. Para tanto, é necessário estar disposto a valer-se de categorias que possam apontar tanto a exclusão como prática de negação do reconhecimento e promoção da injustiça social, quanto a inclusão perversa, que cria a aparência de incorporação e tenta a todo custo domesticar os indivíduos.

Isso não significa distanciar-se da política, do próprio social. Os trabalhos realizados com as comunidades e populações que estão envolvidas com os orçamentos e planejamento participativos, assembléias municipais das diferentes secretarias, conselhos tutelares, escolares, comunidades de bairro etc., têm se mostrado muito importantes para a conquista de coisas que têm relação direta com as necessidades desses indivíduos. O grande desafio encontrado pela frente é a mediação entre o poder público e a sociedade civil, que muitas vezes têm interesses diferentes. Nesse aspecto, a Psicologia Social pode contribuir de diferentes maneiras, seja na produção teórica que faz a análise dos potenciais emancipatórios e regulatórios dessas políticas, seja na intervenção nessas comunidades, ou ainda, em consultorias realizadas juntos aos órgãos públicos.

Devemos buscar elementos que façam se despedaçar frente à realidade dos excluídos o espelho que reflete a imagem do social, construído pela ideologia dominante, e, finalmente, mostrar que o estado de exceção que vivemos atualmente, o caos, a fome, a violência, é a regra geral. A Psicologia Social na sua relação com as políticas sociais deve possibilitar o fortalecimento da voz dos injustiçados

e desvelar os elementos de reposição da realidade administrada, ou, como já dissemos em outro trabalho, encontrar as opressões naquilo que aparentemente apresenta a liberdade e lançar luz sobre os fragmentos de emancipação em meio ao caos instituído (Lima, 2005). Nosso limite será a não submissão aos interesses capitalistas ou do Estado e no compromisso com a emancipação humana, com a reinvenção da emancipação social.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985) Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Allport, G. W. (1954) The historical background of modern social psychology. In, Lindzey, G. (Ed) Handbook of Social Psychology. Reading, Mass: Addison-Wesley.
- Andery, A. A. (1984) Psicologia na Comunidade. In, Lane, S. T. M. & Codo, W. (orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1994) Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, I. R. & Bomfim, Z. Á. (1999) Os jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ ABRAPSO.
- Bronner, S. E. (1997) Da teoria crítica e seus teóricos. Campinas: Papius.
- Campos, R. H. F. (org.) (1998) Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes. 2ª. edição.
- Castel, R.; Wanderley, L. E. W. & Belfiore-Wanderley, M. (2004) Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC. 2ª. edição revista e ampliada.
- Castro, R. V. (1993). Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In, Spink, M. J. P. (org.) (1993) O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense. p.149-187.
- Ciampa, A. C. (2002) Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In, Dunker, C. I. L. & Passos, M. C. (orgs.). Uma Psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon.
- Ciampa, A. C. (1987) A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo: Brasiliense.
- Comte, A. (1977). Reorganizar a sociedade. Guimarães editores. Lisboa.
- Durkheim, E. (1983). As regras do método sociológico. In: Durkheim, E. vida e obra (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural. p. 203-245
- Farr, R. (1998) As raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954). Petrópolis: Vozes.
- Góis, C. W. (2005). Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Habermas, J. (2002) A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola.
- Habermas, J. (1983) Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. São Paulo: Brasiliense.
- Habermas, J. (1982) Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Jodelet, D. (2005). Loucuras e representações sociais. Petrópolis: Editora Vozes.
- Kant, I. (2004) Resposta a pergunta: O que é o Iluminismo? In, Kant, I. Paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70. (original publicado em 1784)
- Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (1995) Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense: EDUC.
- Lane, S. T. M. & Codo, W. (orgs) (1984) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1980) Uma redefinição da Psicologia Social. In, Educação & Sociedade. São Paulo: Cortez Editora. ano 3. n.6. Junho. p. 96-103.
- Leontiev, A. (1978). Actividad, conciencia y personalidad. Buenos Aires: Ed. Ciências del Hombre.
- Lewin, K. (1965) Problemas de pesquisa em Psicologia Social. In, Lewin, K. Teoria de campo em ciência social. São Paulo: Pioneira Editora.
- Lima, A. F. (2010). Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: EDUC.
- Lima, A. F. (2005). A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do Eu por meio da oficina terapêutica de teatro. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUCSP.
- Marcuse, H. (1968) Ideologia da sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Mead, G. H. (1962). Mind, Self and Society: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: The University of Chicago Press.
- Montero, M. (2000) Construcción, desconstrucción y crítica: teoria y sentido de psicología social comunitaria en América Latina. In, Campos, R. H. F. & Guareschi, P. A. Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana. Rio de Janeiro: Vozes.
- Moscovici, S. (1978). A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nader, R. M. (1990) Psicologia e Transformação: caminhos para a prática Psi. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP.
- Ramos, A. (1952) Introdução à Psicologia Social. Rio de Janeiro: Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil. 2ª. Edição.
- Rodrigues, A. (1967) Novos campos da Psicologia Social. In, Arquivos brasileiros de psicotécnica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. ano 19, n. 3, setembro. p. 09-21.
- Rodrigues, N. (1939). As colectividades anormas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Severiano, M. F. V. (1991/92) A sociedade unidimensional e a produção da subjetividade humana. In, Revista de Psicologia. Fortaleza: UFC. V.9 (1/2), v.10; p.103-119, Jan./Dez.
- Spink, M. J. P. (1993) O estudo empírico das Representações Sociais. In, Spink, M. J. P. (org.) (1993) O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense. p. 85-108.
- Vigotski, L. S. (2005) Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.
- Wundt, W. (1900-1920) Völkerpsychologie: Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze Von Sprache, Mythos und Sitte. Leipzig: Englemann. Vol. 10.

Recebido: 13/04/2010

Última Revisão: 24/05/2010

Aceite Final: 15/06/2010

Sobre o autor

Aluísio Ferreira de Lima - Psicólogo. Doutor e Mestre em Psicologia Social pela PUCSP. Especialista em Saúde Mental pela USP. Pós-doutorando do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUCSP. Professor Adjunto de Psicologia Social do Campus Sobral da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Núcleo Sobral da Associação Brasileira de Psicologia Social. Líder do grupo de pesquisa PARALAXE: Grupo interdisciplinar de estudo, pesquisa e intervenção em Psicologia Social Crítica – UFC. Membro do NEPIM: Grupo interdisciplinar de pesquisa da identidade humana da PUCSP. Telefone cel.: 15 88 9946.5588 - E-mail: aluisiolima@ufc.br / MSN: aluisiolima@hotmail.com